



1

2 DOCUMENTOS

3

RELATÓRIO

4

I FÓRUM NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ABECS

5

6

7

8

Relatório Final

9

10 O 1º Fórum Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais
11 (Abecs) teve como objetivo analisar e debater as reformas educacionais mais
12 recentes e como elas estão afetando o ensino de Ciências Sociais tanto na Educação
13 Básica quanto na Educação Superior. Busca-se criar um posicionamento
14 institucional que dê voz à comunidade associada e discutir propostas e ações para
15 a entidade, em sua esfera nacional e suas Unidades Regionais (UR), nas atuações
16 internas e externas, bem como junto às escolas, às universidades e aos órgãos
17 responsáveis pelas políticas educacionais.

18 Para isso, foram realizados cinco encontros, organizados pela executiva
19 nacional, contando com palestrantes indicados(as) pelas URs. O primeiro encontro,
20 em 28 de agosto de 2021, intitulou-se “Reformas Educacionais e a Pedagogia das
21 Competências”, tendo como palestrantes os associados Thiago Esteves, da UR Rio
22 de Janeiro, e Ana Paula Corti, da UR São Paulo. O segundo encontro, ocorrido em
23 11 de setembro de 2021, abordou o tema “Base Nacional Comum Curricular,
24 Itinerários Formativos e o Ensino de Sociologia”, tendo como expositores o docente
25 convidado Manoel Neto e o associado José Anchieta de Souza Filho, da UR
26 Fortaleza. No terceiro encontro, em 25 de setembro de 2021, a associada Rogéria
27 Martins, da UR Minas Gerais, abordou o tema “Projeto de Vida e o Ensino de
28 Sociologia”. O quarto encontro, realizado em 09 de outubro de 2021, cujo tema foi
29 “Projeto Integrador e o Ensino de Sociologia”, teve como expositor o associado Elias
30 Evangelista Gomes, da UR Minas Gerais. E, por fim, o último encontro, realizado
em 23 de outubro de 2021, intitulado “Resolução nº 02/2019 e a Formação de

31 Professores de Sociologia”, teve como expositora a associada Eleanor Palhano, da
32 UR Pará.

33 A elaboração deste relatório foi realizada coletivamente por Adriana
34 Pinheiro (UR Bahia), Brena Késia Andrade de Oliveira (UR Maciço do Baturité),
35 Elias Evangelista Gomes (UR Minas Gerais), Joana Elisa Röwer (UR Maciço do
36 Baturité), Josefa Alexandrina da Silva (UR São Paulo) e Wallace Ferreira (UR Rio
37 de Janeiro), sendo que essa equipe relatora foi indicada por suas respectivas URs.

38 A abordagem sobre as reformas educacionais partiu da argumentação
39 segundo a qual a educação brasileira tem passado por sucessivas e variadas
40 reformas, atingindo-a em seu amplo espectro de abrangência. A reforma do Ensino
41 Médio é apenas a mais recente delas. Para desenvolver uma análise acerca das
42 reformas em curso é necessário pensar de forma ontológica e contextualizada, para
43 compreender o seu fluxo histórico.

44 Os principais marcos das reformas educacionais recaem sobre o
45 desfazimento da fronteira público x privado, com o aprofundamento do processo de
46 empresariamento da educação em confluência com organismos internacionais.
47 Nesse sentido, a recorrente referência ao binômio qualidade e avaliação revela
48 nuances de fetichização da avaliação e questionamentos acerca das suas matrizes
49 de referência. Esse desmantelamento, no entanto, está *ipsis litteris* amparado no
50 documento “Um ajuste justo”, produzido pelo Banco Mundial, por solicitação do
51 governo Dilma Rousseff, agregando, no campo educacional, atores sociais de
52 distintas matrizes políticas, como forma de evidenciar uma suposta ausência de
53 ideologia.

54 É preciso considerar que em paralelo às reformas de caráter neoliberal
55 centradas na avaliação e no ensino interdisciplinar, o Brasil implementou o ensino
56 de Sociologia como disciplina obrigatória a partir de 2008, considerada
57 fundamental para a formação de sujeitos democráticos e para o exercício da
58 cidadania. A Sociologia trouxe para o campo escolar debates essenciais para a
59 formação de uma sociedade democrática, como a discussão das desigualdades de
60 gênero e educação das relações étnico-raciais.

61 O processo de reformas do Ensino Médio e do currículo da Educação
62 Básica teve continuidade e aprofundamento neoliberal nos governos de Michel
63 Temer e Jair Messias Bolsonaro, via ações de implementação legal e executiva.
64 Dessa maneira, a gestão não democrática da educação brasileira, presente também
65 em muitas esferas estaduais e municipais, faz com que a falta de diálogo produza
66 ainda mais incertezas para quem atua no chão da escola e também na formação
67 docente.

68 Mais especificamente em relação ao currículo escolar, a abordagem sobre
69 a pedagogia das competências parte da compreensão de que o contexto reorganiza
70 o pensamento e o conhecimento. A escola se ergue na lógica taylorista/fordista e
71 está agora em processo de transição. A aceleração das mudanças na educação se
72 dá na relação qualidade x competência. A noção de competência individualiza a
73 aprendizagem e pode gerar um modelo de educação disfuncional, que se baseia em
74 competências gerais que, supostamente, permitem a adaptabilidade a diferentes
75 contextos, funções e mudanças, sob a égide pragmática do utilitarismo prático do
76 conhecimento e cria, com isso, a utopia do super indivíduo.

77 Os critérios de validação da qualidade educacional no Brasil têm sido
78 influenciados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
79 (OCDE), com base em noções próprias dos setores empresariais e empregadores,
80 visando uma educação que favoreça o aumento da produtividade e da
81 competitividade no mercado local e global. Dessa maneira, a pedagogia por
82 competências pode implicar em impasses para o desenvolvimento educacional
83 crítico. Assim, é importante enfatizar que o que se espera da educação não são
84 aprendizagens de saber e fazer, mas de saber e fazer com entendimento do
85 processo, com consciência da experiência social, cultural, política, ao longo da
86 história da humanidade, capaz de problematizar, inclusive, a noção de trabalho.
87 Por isso, é preciso lutar pela democratização da Educação Básica, além da
88 democratização do acesso às vagas. É preciso democratizar também o currículo
89 escolar e a formação docente, garantindo-lhes um sentido crítico e transformador.

90 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi implementada no bojo das
91 reformas educacionais brasileiras, articulando também interesses de setores
92 empresariais que disputam os rumos da educação nacional. Na elaboração dos
93 currículos estaduais, em muitos casos, associados(as) da Abecs têm lutado e
94 contribuído para mitigar os impactos negativos e garantir a presença e
95 legitimidade da disciplina de Sociologia. Embora na prática a Sociologia esteja
96 mantida nas escolas, em alguns casos com manutenção da mesma carga horária,
97 e em outros com ampliação ou redução de tempos, é preciso atentar-se para
98 possíveis estratégias de precarização da qualidade da educação, do trabalho
99 docente e da formação docente, a partir de uma lógica de desdisciplinarização e de
100 interdisciplinaridade desqualificada, como se pudesse existir uma docência
101 genérica da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Por isso, é
102 fundamental a Abecs reafirmar a relevância do conhecimento das Ciências Sociais
103 para a educação escolar, através da disciplina de Sociologia e da exigência de
104 formação em licenciatura em Ciências Sociais para o seu ensino.

105 Manifestamos que o posicionamento da Abecs é contrário ao Projeto de
106 Vida como está apresentado na BNCC. Visando minimizar seus impactos,
107 indicamos que esse componente curricular deve ser pensado a partir das

108 discussões sobre Projeto de Vida que antecedem a BNCC e utilizando o arcabouço
109 teórico da Sociologia do Trabalho, da Sociologia da Juventude, da Sociologia da
110 Educação e de outras contribuições das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência
111 Política e Sociologia). Contudo, no contexto de reformas educacionais, Projeto de
112 Vida apresenta contornos de componente curricular, com significativa carga
113 horária, livros didáticos e formações docentes gerenciadas e/ou influenciadas por
114 fundações empresariais. Torna-se preocupante o fomento de uma educação que
115 encoraja o individualismo, promove uma gestão neoliberal das novas gerações e
116 estimula uma euforia acrítica acerca do empreendedorismo.

117 Em contraponto a isso, para refletir sobre o “eu”, o “outro” e o “nós” é crucial
118 compreendermos as condições socioeconômicas, os marcadores sociais da
119 diferença, a relação entre educação e trabalho, as identidades, as trajetórias e a
120 cidadania. Por isso, deve ser denunciada a atribuição de Projeto de Vida a quem
121 não conta com formação compatível ao componente curricular, sob o risco de se
122 realizar uma educação inócua ou mesmo voltada à reprodução e à legitimação das
123 desigualdades sociais. Defender a qualificação profissional compatível à docência
124 em Projeto de Vida, envolvendo temas, teorias, conceitos e métodos das Ciências
125 Sociais, é a defesa do direito à educação crítica, inclusiva, transformadora e
126 emancipatória na Educação Básica brasileira. Além disso, ao institucionalizar o
127 perfil antropológico, político e sociológico do Projeto de Vida, será possível ampliar
128 a demanda por profissionais de Ciências Sociais, via concursos públicos e
129 contratações, melhorar o rendimento salarial docente, complementar a carga
130 horária semanal em uma mesma escola, expandir a demanda por materiais
131 didáticos com as contribuições da área, dentre outros aspectos.

132 Os projetos integradores são práticas pedagógicas cooperativas já presentes
133 em muitas escolas, principalmente da rede privada de ensino, e também na
134 educação popular. O que é recente é a emergência de livros específicos para
135 projetos integradores no PNLD, respondendo a diferentes interesses educacionais
136 e comerciais. Dessa maneira, é necessário um olhar crítico, buscando elaborar
137 ações concretamente interdisciplinares, que envolvam de maneira equilibrada as
138 disciplinas de Filosofia, História, Geografia e Sociologia. Vale destacar que as
139 obras destinadas aos projetos integradores, como proposto na Reforma, carecem
140 de aprofundamento em suas bases pedagógicas fundamentadas no campo
141 científico educacional. Mais especificamente, no âmbito do ensino de Ciências
142 Sociais, os projetos integradores na Educação Básica precisam contar com teorias,
143 conceitos e métodos próprios da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia,
144 para que sejam relevantes para uma socialização escolar crítica, criativa,
145 integrada, científica e transformadora. Ademais, é fundamental que as redes
146 escolares públicas ofereçam condições infraestruturais e pedagógicas para que

147 docentes de diferentes disciplinas debatam e promovam ações interdisciplinares,
148 incluindo cursos complementares à formação docente, inicialmente disciplinar.

149 A formação docente em Ciências Sociais requer aproximação e interação
150 entre a universidade, a escola pública e demais instituições educacionais, para que
151 se conheça melhor a realidade escolar, a partir de suas experiências cotidianas.
152 Sob a perspectiva epistemológica, é necessário ter compreensão das especificidades
153 do ensino de Sociologia na Educação Básica e sua contribuição para a formação da
154 consciência crítica. A formação docente requer também o domínio de teorias,
155 conceitos e métodos para a transformação de saberes científicos em saberes
156 escolares. O foco na sala de aula e na prática pedagógica exige uma formação
157 crítica. Com a Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as
158 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a
159 Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de
160 Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a formação docente fica
161 atrelada à BNCC e à Pedagogia das Competências, compreendidas entre
162 competências gerais, competências específicas da área e habilidades
163 correspondentes, colocando a necessidade de reestruturação dos Projetos
164 Pedagógicos de Cursos (PPC) de licenciatura. Dentre os fundamentos pedagógicos,
165 destacam-se: a questão das metodologias inovadoras; a conexão entre o ensino e a
166 pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem; o emprego
167 pedagógico das inovações e linguagens digitais; e a apropriação de conhecimentos
168 relativos à gestão educacional. Assim, convém reafirmar que a área de ensino de
169 Ciências Sociais já vem produzindo conhecimentos e práticas pedagógicas
170 relevantes para a educação escolar: difundidos em revistas científicas, publicações
171 de livros, Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), monografias, dissertações,
172 teses, grupos de pesquisas, eventos, dentre outros. No entanto, ainda é necessário
173 ampliar, aperfeiçoar e diversificar as formas de ensino e aprendizagem
174 relacionadas à docência em Ciências Sociais, tanto de docentes da Educação Básica
175 como da Educação Superior, fortalecendo ações, tais como os Programas de Pós-
176 graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, o Programa Institucional de Bolsas de
177 Iniciação à Docência, o Programa Residência Pedagógica, projetos e programas de
178 extensão. Por fim, cabe ressaltar que, embora historicamente o Ensino Médio
179 tenha sido a prioridade da luta pela institucionalização da Sociologia escolar, a
180 necessária luta pelo ensino de Ciências Sociais no Ensino Fundamental implicará
181 em uma formação docente capaz de formar para a atuação nas duas etapas do
182 ensino.

183 Este relatório do 1º Fórum não pretende exaurir todas as discussões sobre
184 os temas abordados, nem dissipar todas as possíveis polêmicas. Primeiro, porque
185 não era o seu objetivo. Segundo, porque estamos cientes de que o mais importante,
186 neste momento, é manter viva a crítica política e a unidade na luta, garantindo o

187 diálogo franco, fraterno e propositivo, sem sectarismo, mas estimulando a atenção,
188 a participação e a atuação coletiva das instâncias da entidade e de suas associadas
189 e associados.

190 Nesse sentido, os encaminhamentos propostos poderão ser realizados,
191 promovendo o fortalecimento do ensino de Ciências Sociais no Brasil, através da
192 disciplina de Sociologia escolar, bem como mediante as novas oportunidades
193 curriculares que se apresentam. Com isso, acredita-se que a Abecs seguirá mais
194 forte, mais presente, mais ampla, mais acolhedora e mais pertinente para a nossa
195 comunidade de educadoras e educadores cientistas sociais, que atuam na
196 Educação Básica, na Educação Superior e em outras modalidades de educação
197 formais e informais.

Reformas educacionais e pedagogia das competências

1. Recuperar a memória de luta da Abecs e seus posicionamentos públicos perante as reformas educacionais, desde 2015.
2. Utilizar dispositivos variados de comunicação com posicionamentos institucionais sobre a falácia da Reforma do Ensino Médio e suas implicações para as desigualdades sociais e desigualdades escolares.
3. Promover eventos para discutir a educação por competências, seus fundamentos e efeitos sobre os indivíduos e a sociedade em diferentes contextos.
4. Promover eventos para a discussão acerca dos efeitos do empresariamento da educação, a partir da atuação das organizações sociais e do sistema “S”.
5. Acompanhar a implementação da BNCC nas redes públicas e privadas de todo o país e discutir o lugar dos(as) professores(as) de Sociologia frente ao Projeto de Vida e aos Projetos Integradores.
6. Acompanhar os usos da BNCC e seu silenciamento nos debates sobre gênero, direitos humanos e educação das relações étnico-raciais.
7. Estabelecer diálogo com as outras associações disciplinares sobre as reformas educacionais.

Base Nacional Comum Curricular, itinerários formativos e o ensino de Sociologia

1. Tornar público o posicionamento contrário da Abecs em relação às recentes políticas curriculares, enfatizando os pontos de divergência e as

resistências que são necessárias frente às reformas neoliberais da educação e à BNCC.

2. Defender a demarcação do lugar da Sociologia no currículo em sua singularidade disciplinar, de modo a conferir legitimidade à sua presença na educação escolar.
3. Defender a atribuição de aulas e a formação qualificada para a disciplina de Sociologia para egressas e egressos dos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais.
4. Defender a participação de docentes com formação em Ciências Sociais e que atuam na Educação Básica nos processos de adequação dos currículos locais e nacionais.
5. Desenvolver rodas de conversa formativas e informativas com as associadas e os associados sobre a BNCC, em uma perspectiva crítica e propositiva, quanto às resistências necessárias para efetivar o lugar da Sociologia no currículo e na escola.
6. Estimular que as associadas e os associados multipliquem as discussões realizadas pela Abecs em seus contextos de atuação.
7. Criar canais de escuta no âmbito nacional e das URs a respeito da Sociologia nos contextos da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, direcionados aos(às) docentes da Educação Básica e aberto para a pessoas associadas e não associadas.
8. Propor que o *On-Abecs*, em parceria com as URs, investigue os itinerários formativos disponíveis para o público discente nos estados, identificando o lugar da Sociologia nessa conjuntura.
9. Promover diálogos com as Secretarias Estaduais de Educação e demais órgãos responsáveis pela implementação da BNCC, visando apresentar os dados obtidos por intermédio do *On-Abecs*.

Projeto de Vida e o Ensino de Sociologia

1. Publicizar o posicionamento contrário da Abecs ao Projeto de Vida como está apresentado na BNCC.
2. Atuar pela ampliação e/ou manutenção da carga horária de Sociologia, em 2 tempos semanais, nas três séries do Ensino Médio, mesmo com a

existência do Projeto de Vida no currículo escolar.

3. Estabelecer o diálogo com outras associações disciplinares sobre o Projeto de Vida.
4. Estimular a produção crítica de conhecimento sobre o Projeto de Vida, a partir das análises das Ciências Sociais e, mais especificamente, do ensino de Ciências Sociais, estabelecendo parceria com o *On-Abecs*.
5. Estimular o diálogo pedagógico crítico entre a disciplina de Sociologia e o Projeto de Vida, desde a formação docente, com destaque em relação à Sociologia da Juventude, Sociologia do Trabalho, Cidadania, Trajetórias, Identidade, Interseccionalidade (classe, gênero, sexualidade, religiosidade, território, ciclo da vida, condição física) etc.
6. Propor a criação de uma comissão especial específica para acompanhar e monitorar os impactos do Projeto de Vida para o trabalho de docentes com formação em Ciências Sociais e também para filiadas e filiados da Abecs.
7. Acolher trabalhos que tematizam o Projeto de Vida na interface com as Ciências Sociais nos eventos da Abecs, considerando as regras de submissão de trabalhos dos congressos da associação.
8. Realizar um Fórum Nacional específico sobre Projeto de Vida para continuidade da formação teórica, conceitual, política e metodológica, a partir das análises das Ciências Sociais.
9. Promover a realização de espaços de formação voltados ao ensino de Projeto de Vida, sob a ótica do ensino de Ciências Sociais e conduzidos por docentes com formação em Ciências Sociais.
10. Propor a publicação de dossiê temático sobre o diálogo entre ensino de Ciências Sociais e Projeto de Vida, na Revista Cadernos da Abecs (Cabecs).
11. Defender a regulamentação da atribuição de Projeto de Vida para docentes com formação em Licenciatura em Ciências Sociais.
12. Defender a inserção de avaliadores com formação em Ciências Sociais, na avaliação do livro didático de Projeto de Vida no PNLD.
13. Estimular que docentes de Sociologia produzam livros e outros recursos didáticos voltados ao ensino de Projeto de Vida, sob orientação teórico-conceitual das Ciências Sociais.

4. Projetos Integradores e o Ensino de Sociologia

1. Estimular a produção crítica de conhecimento sobre projetos integradores na interface com o ensino de Ciências Sociais, estabelecendo parceria com o *On-Abecs* e outros observatórios, laboratórios e grupos de pesquisa.
2. Recomendar a criação de uma comissão especial específica para acompanhar e monitorar as questões relativas aos projetos integradores na Educação Básica, na especificidade do ensino de Ciências Sociais.
3. Acompanhar os efeitos da implementação de práticas de projetos integradores sobre o trabalho docente de egressas e egressos de Licenciatura em Ciências Sociais, bem como para filiadadas e filiados da Abecs.
4. Defender uma interdisciplinaridade intercultural crítica, que reconheça a legitimidade dos diferentes conhecimentos disciplinares, incluindo o ensino de Ciências Sociais.
5. Promover novos debates sobre projetos integradores na interface com o ensino de Ciências Sociais, nos âmbitos nacional e regional, incluindo o próximo congresso nacional da Abecs.
6. Defender a participação obrigatória de autoras e autores com formação em Ciências Sociais na elaboração dos livros de projetos integradores, aprovados pelo PNLD.
7. Defender a atribuição de aulas para docentes de Sociologia e com formação em Licenciatura de Ciências Sociais em atividades integradoras.
8. Estimular a realização de projetos integradores, que tematizam as relações étnico-raciais, direitos humanos, sexualidade, gênero e meio ambiente, a partir das contribuições das Ciências Sociais.

Resolução CNE/CP nº 2/2019 e a formação de professores(as) de Sociologia

1. Realizar encontros de diálogos e formativos com docentes responsáveis pela formação de professores(as) nas Instituições de Educação Superior, para adensar o diálogo sobre a BNC-Formação e a curricularização da extensão.
2. Acompanhar a implantação dos novos PPCs nos cursos de Ciências

Sociais.

3. Propor aos programas de pós-graduação de Ciências Sociais e de Educação linhas de pesquisa de Ensino de Ciências Sociais para ampliar a produção de conhecimento e novas metodologias de ensino.
4. Promover encontros de formação que abordem a interdisciplinaridade, analisando como e em que momentos a Sociologia dialoga com outras disciplinas no desenvolvimento de determinadas temáticas, visando o fortalecimento da identidade e a legitimidade da Sociologia em atividades integradoras e nos itinerários formativos.
5. Propor ações e projetos para a formação docente, de acordo com as especificidades regionais e não de uma base comum, com conteúdos teóricos e metodológicos, para que docentes desenvolvam autonomia para produzir seus materiais didáticos.
6. Articular ações e parcerias com sindicatos docentes, movimentos sociais e escolas na luta por um projeto de formação e trabalho docente mais integrados às demandas educacionais e à sua comunidade profissional.
7. Estimular a luta pelo ensino de Ciências Sociais no Ensino Fundamental.
8. Estimular uma formação docente, que qualifique para a atuação no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação Superior, nas modalidades diferenciadas de ensino e na educação informal.
9. Atuar junto às diferentes instituições educacionais para a abertura de estágios na gestão educacional para estudantes de licenciaturas em Ciências Sociais.
10. Fortalecer a formação docente em Ciências Sociais a partir do PIBID e do PRP, visando intensificar a formação prática nos cursos de Licenciaturas e promover a integração entre a educação básica e a educação superior, através da imersão na escola.

198

199

200

21 de dezembro de 2021.

Presidência